

Olivia Cristina Perez
Joana Tereza Vaz de Moura
Gustavo Gomes da Costa Santos
ORGANIZADORES

O QUE QUEREM OS MOVIMENTOS SOCIAIS



Um guia simplificado
sobre as lutas e os desafios
das organizações feministas,
negras e LGBTQIAPN+



O QUE QUEREM OS MOVIMENTOS SOCIAIS ?

Um guia simplificado
sobre as lutas e os desafios
das organizações feministas,
negras e LGBTQIAPN+

Olivia Cristina Perez
Joana Tereza Vaz de Moura
Gustavo Gomes da Costa Santos
ORGANIZADORES



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Diretora da EDUFPI

Olívia Cristina Perez

EDUFPI - Conselho Editorial

Jacqueline Lima Dourado (presidente)

Olívia Cristina Perez (vice-presidente)

Carlos Herold Junior

César Ricardo Siqueira Bolaño

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Jasmine Soares Ribeiro Malta

João Batista Lopes

Kássio Fernando da Silva Gomes

Maria do Socorro Rios Magalhães

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

Projeto Gráfico

Alcides Jr / Área de Criação

Ilustrações

Freepik



Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Divisão de Representação da Informação

Q3 O que querem os movimentos sociais? : um guia simplificado sobre as lutas e os desafios das organizações feministas, negras e LGBTQIAPN+ / organizadores, Olívia Cristina Perez, Joana Tereza Vaz de Moura, Gustavo Gomes da Costa Santos. – Teresina : EDUFPI, 2025.

40 p.
ISBN: 978-65-5904-369-9

1. Movimentos sociais. 2. Direitos LGBTQIAPN+. 3. Antirracismo. 4. Feminismos. 5. Interseccionalidade. I. Perez, Olívia Cristina. II. Moura, Joana Tereza Vaz de. III. Santos, Gustavo Gomes da Costa.

CDD 303.48

Bibliotecária: Francisca das Chagas Dias Leite - CRB3/1004



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



sumário

1 INTRODUÇÃO	7
o que são movimentos sociais?	11
2.1 TRANSFORMAÇÕES e ENSINAMENTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	13
2.2 DESAFIOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	16
2.3 CONQUISTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	17
3 MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS	20
4 MOVIMENTOS NEGROS e ANTIRRACISTAS	24
5 MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTQIAPN+	28
6 conclusões	31
7 REFERÊNCIAS	37





1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a luta por direitos das mulheres, da população negra e LGBTQIAPN+¹ tem ganhado mais espaço. Muitos movimentos sociais se organizam para defender essas causas. Este material informativo foi criado para explicar, de forma simples e acessível, quais são as principais pautas desses movimentos e como eles atuam no Brasil. Queremos compartilhar esse conhecimento com você de maneira direta.

Nossa pesquisa buscou entender as trajetórias e desafios desses movimentos. O projeto foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvido entre 2022 e 2025. Durante três anos, estudamos, compartilhamos experiências e produzimos conhecimento.

A pesquisa foi coordenada pelas professoras Olivia Cristina Perez (UFPI), Joana Tereza Vaz de Moura (UFRN) e Gustavo Gomes da Costa Santos (UFPE). Com este trabalho, eles fortaleceram suas

1 A sigla LGBTQIAPN+ representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais e Pessoas Não-Binárias, incluindo ainda outras identidades de gênero e orientações sexuais não mencionadas explicitamente no "+".

Nosso objetivo é explicar de forma direta como esses movimentos estruturam suas ações e contribuem para a formulação de políticas públicas.



colaborações acadêmicas e publicaram vários materiais com base nos dados coletados.

Além dos coordenadores, muitos discentes (bolsistas e voluntários) participaram do projeto. Entre eles, Lorrana Lima, Lucas Nunes, Alice Galindo, Warley Ferreira e Anna Heloyza Dias. Eles ajudaram na elaboração de questionários, realização de entrevistas e organização deste material informativo. Agradecemos a cada um por sua contribuição.

As entrevistas foram feitas em 2023 com lideranças de movimentos sociais de grande expressão no Brasil. No total, foram 14 entrevistas realizadas por meio do Google Meet. Selecionamos movimentos que atuavam com gênero, raça e sexualidade, dimensões essenciais para entender as desigualdades sociais no Brasil. Usamos a técnica de amostragem "bola de neve", onde cada entrevistado indicava novos nomes até alcançarmos um grupo representativo.

Para proteger a identidade dos entrevistados, não divulgamos seus nomes, mas apresentamos as organizações em que atuam:

- REDE GAY DO BRASIL (RGB)
- GRUPO DE APOIO À ADOÇÃO - CORES DA ADOÇÃO (GAACA)
- ALIANÇA NACIONAL LGBTI+
- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPOESAS (MMC)
- MARCHA MUNDIAL DAS MULHERES (MMM)
- SOS - CORPO
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB)
- UNIÃO BRASILEIRA DE MULHERES (UBM)
- REDE AFRO LGBT
- UNEGRO
- MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO
- LIGA BRASILEIRA LÉSBICA
- COLETIVO LGBTI+ SEM TERRA - MST
- COLETIVO NEGRO MINERVINO DE OLIVEIRA

As entrevistas seguiram um roteiro que abordou trajetórias pessoais, estrutura dos movimentos, desigualdades sociais, papel do Estado e estratégias políticas. Queríamos entender as experiências individuais e coletivas dentro desses movimentos, seus desafios, formas de mobilização e impactos.

Neste material informativo você encontrará análises sobre os desafios, trajetórias e perspectivas das principais mobilizações sociais no Brasil. Nosso objetivo é explicar de forma direta como esses movimentos estruturam suas ações e contribuem para a formulação de políticas públicas.

Agradecemos a todas as pessoas que participaram deste projeto. Seu apoio foi essencial para tornar este texto uma ferramenta de informação e reflexão. Esperamos que este material ajude a ampliar o debate sobre direitos e desigualdades e inspire a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Imagine uma sociedade onde
vozes antes silenciadas

se erguem,

reivindicando direitos
e promovendo mudanças
significativas. Os movimentos
sociais desempenham
exatamente esse papel:

**São forças
motrizes**

que
impulsionam transformações
essenciais na estrutura social.





O que são movimentos sociais?

Imagine uma sociedade onde vozes antes silenciadas se erguem, reivindicando direitos e promovendo mudanças significativas. Os movimentos sociais desempenham exatamente esse papel: são forças motrizes que impulsionam transformações essenciais na estrutura social.

No entanto, frequentemente, esses movimentos são vistos de forma negativa ou pejorativa no senso comum. Muitas vezes, são associados a desordem, subversão ou até mesmo violência.

Essa percepção decorre, em parte, da resistência de setores da sociedade às mudanças que esses grupos reivindicam, bem como da oposição de elites políticas e econômicas que veem suas posições de poder questionadas.

Mas, afinal, o que são movimentos sociais? Os movimentos sociais podem ser definidos como ações coletivas organizadas por indivíduos ou grupos que compartilham objetivos comuns e buscam provocar mudanças na sociedade. Segundo Tilly (1978), esses movimentos surgem quando há um confronto entre grupos

que demandam mudanças e aqueles que detêm o poder. Essa perspectiva ressalta que os movimentos sociais são parte de processos políticos e não devem ser vistos como manifestações isoladas.

Há uma discussão sobre se os movimentos sociais também podem ser de direita, com pautas conservadores. Até concordamos que sim. Mas neste texto nos concentramos nos movimentos sociais progressistas.

Os movimentos sociais progressistas são essenciais para a democracia, pois permitem que grupos historicamente mais sujeitos a opressões sociais tenham voz e influenciem as decisões políticas. Longe de serem uma ameaça à ordem, eles representam a própria dinâmica da sociedade em busca de direitos e justiça. Como apontam McAdam, Tarrow e Tilly (2009), a ação coletiva é um elemento intrínseco à vida política e deve ser compreendida como parte da transformação social.

Dessa forma, é fundamental reconhecer a legitimidade dos movimentos sociais e garantir que tenham espaço para se expressar e atuar. Afinal, as mudanças sociais não ocorrem espontaneamente, mas são fruto da organização e da luta coletiva.

Em suma, os movimentos sociais progressistas são fundamentais para o avanço democrático e a promoção de justiça social. Eles desafiam o status quo, propondo novas soluções e impulsionando mudanças que visam uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Dessa forma, é fundamental
**Reconhecer
a Legitimidade
dos Movimentos
Sociais**

e garantir que tenham espaço
para se expressar e atuar.
Afinal, as mudanças sociais não
ocorrem espontaneamente, mas
são fruto da organização e da
Luta Coletiva.



2.1 TRANSFORMAÇÕES E ENSINAMENTOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais se transformam ao longo da história, adquirindo novas formas e estratégias conforme o contexto político e social se modifica. No século XIX, com o avanço da industrialização, ganharam destaque os movimentos operários, que lutavam por melhores condições de trabalho e direitos sociais. No século XX, destacaram-se os movimentos pelos direitos civis nos Estados Unidos, as mobilizações feministas e os movimentos anticoloniais na África e na Ásia.

No Brasil, os movimentos sociais desempenharam um papel crucial na luta contra a ditadura militar (1964-1985), na redemocratização do país e na formulação de políticas públicas inclusivas. A Constituição de 1988 representou um marco importante, consolidando direitos fundamentais e abrindo espaço para a participação social em diferentes esferas do governo.

Nas últimas décadas, os movimentos sociais têm se diversificado ainda mais, abrangendo pautas como o feminismo, o antirracismo, os direitos LGBTQIAPN+, a defesa do meio ambiente e a luta por moradia e terra. A ascensão da internet e das redes sociais também modificou as estratégias de mobilização, permitindo que campanhas fossem organizadas de maneira rápida e com grande alcance. Isso não significa que as estratégias anteriores tenham desaparecido, mas sim que a internet tem contribuído para a mobilização social.

Conforme as entrevistas feitas neste projeto o traço principal dos movimentos sociais contemporâneos é a presença da interseccionalidade, pois eles não lutam apenas contra as opressões que atingem grupos marcados por gênero, raça, sexualidade e classe social, mas entendem que o sistema de opressão intersecciona esses marcadores sociais.

O conceito de interseccionalidade, popularizado pela estadunidense Kimberlé Crenshaw (2002), aponta que, embora todas as mulheres sofram discriminação de gênero, outros marcadores sociais, como raça, influenciam como cada grupo vivencia essa opressão. Assim, as experiências de mulheres negras diferem das de mulheres brancas, mostrando que as clivagens sociais atuam em interação, produzindo desigualdades.

Embora a obra de Crenshaw tenha dado notoriedade ao conceito de interseccionalidade, a articulação entre gênero, raça e classe social já era discutida por feministas e militantes negras ao longo do século XX. No Brasil, Lélia Gonzalez (2020) abordou as intersecções entre gênero e raça ainda nos anos 1980, enquanto Sueli Carneiro (2005) analisou como o racismo se entrelaça com sexismo e classe.

Além de ser um conceito acadêmico, a interseccionalidade tem suas raízes nos movimentos sociais, especialmente nos feminismos negros, que denunciaram discriminações interseccionais antes mesmo do termo ser cunhado (Kyrillos, 2020). A relação entre militância e academia permitiu que a interseccionalidade se consolidasse como uma ferramenta teórica e prática, ajudando a compreender as opressões vivenciadas por mulheres negras e a expandir a concepção de desigualdades sociais. Atualmente, no campo movimentalista, a interseccionalidade é uma ferramenta de luta por justiça social.

Os movimentos sociais então desenvolvem concepções sobre desigualdades sociais e estratégias para contribuir com a formulação de políticas públicas que as combatam.

No âmbito da participação política institucional, as entrevistas mostraram como a relação dos movimentos sociais com a arena institucional se alteram. Essas relações ficaram especialmente evidentes durante a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT) no Governo Federal (de 2003 a 2016) em que se estabeleceram relações mais estreitas entre movimentos sociais e Estado, inclusive com a entrada de

muitos militantes na burocracia estatal.

Contudo, o impeachment de Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2016, e a posterior eleição de Jair Bolsonaro em 2018, marcaram uma mudança estrutural nas oportunidades políticas, resultando no rompimento da relação entre movimentos progressistas com o governo. Naquele contexto os movimentos intensificaram estratégias de confronto, como mobilizações de rua e denúncias públicas, reforçando a defesa da democracia e enfrentando o conservadorismo (Perez, Moreira e Moura, 2021). O Brasil voltou novamente a ter um caráter progressista com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2022.

Gostaríamos de destacar também um dos ensinamentos dos movimentos sociais contemporâneos que é o que chamamos de necessidade de democratização das instituições, ou seja, a inclusão da diversidade brasileira nas decisões coletivas.

Para os movimentos, o Brasil avançou na consolidação da democracia eleitoral, mas ainda enfrenta desafios na construção de uma democracia substantiva, capaz de reduzir desigualdades e ampliar o acesso a direitos. E para que isso aconteça é necessário que as próprias instituições deixem de reproduzir desigualdades.

Ao constatarem que as instituições democráticas reforçam essas desigualdades, os movimentos sociais contemporâneos não apenas criticam essas estruturas, mas também apresentam propostas concretas para transformá-las, tornando-as mais inclusivas e horizontais. Eles defendem que a democracia deve incluir nas decisões coletivas

OS MOVIMENTOS ENSINAM
QUE A DEMOCRATIZAÇÃO
DAS INSTITUIÇÕES PASSA PELA
**INCLUSÃO DA
DIVERSIDADE**
NAS DECISÕES COLETIVAS.
DEFENDEM QUE TODAS
AS DELIBERAÇÕES POLÍTICAS
DEVEM CONSIDERAR OS
GRUPOS MAIS AFETADOS
PELAS POLÍTICAS PÚBLICAS,
GARANTINDO-LHES
NÃO APENAS DIREITOS,
MAS TAMBÉM VOZ ATIVA
NA FORMULAÇÃO DE SOLUÇÕES.

a população historicamente excluída, como mulheres, negros/as, LGBTQIAPN+ e moradores de periferias.

Os movimentos ensinam que a democratização das instituições passa pela inclusão da diversidade nas decisões coletivas. Defendem que todas as deliberações políticas devem considerar os grupos mais afetados pelas políticas públicas, garantindo-lhes não apenas direitos, mas também voz ativa na formulação de soluções.

A democratização das instituições, ao incluir de forma plena as populações historicamente com mais dificuldade de acesso a direitos, permitiria decisões mais conectadas à realidade da maioria dos brasileiros. Com a participação ativa desses grupos nos processos decisórios, as ações políticas se tornariam mais eficazes, pois seriam formuladas a partir das perspectivas de quem tem menos acesso a direitos. Esse modelo contribuiria para a construção de uma democracia substantiva, reduzindo desigualdades sociais e fortalecendo o regime democrático. Além disso, uma democracia mais inclusiva poderia gerar maior adesão da população à política institucional, minimizando os riscos de retrocessos democráticos e impedindo os constantes flertes com o autoritarismo promovidos por setores conservadores.

2.2 DESAFIOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar de seu papel fundamental na ampliação da cidadania e na democratização das sociedades, os movimentos sociais enfrentam uma série de desafios. Entre eles, destacam-se:

- **CRIMINALIZAÇÃO E REPRESSÃO:** MUITAS VEZES, OS MOVIMENTOS SOCIAIS SÃO ALVO DE REPRESSÃO POR PARTE DO ESTADO, SEJA POR MEIO DO USO DA FORÇA POLICIAL, SEJA PELA CRIMINALIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS. ESSA ESTRATÉGIA VISA DESMOBILIZAR OS GRUPOS E ENFRAQUECER SUAS DEMANDAS.
- **DIFICULDADE DE FINANCIAMENTO:** MANTER UM MOVIMENTO SOCIAL ATIVO REQUER RECURSOS FINANCEIROS PARA A ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, A PRODUÇÃO DE MATERIAIS E A MOBILIZAÇÃO DE MILITANTES. NO ENTANTO, O ACESSO A ESSES RECURSOS É FREQUENTEMENTE LIMITADO.

- **OPOSIÇÃO DE GRUPOS CONSERVADORES:** SETORES CONSERVADORES DA SOCIEDADE TÊM A REAGIR NEGATIVAMENTE ÀS REIVINDICAÇÕES DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, PROMOVENDO CAMPANHAS DE DESINFORMAÇÃO E DESLEGITIMAÇÃO.

2.3 CONQUISTAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar dos desafios, os movimentos sociais obtiveram conquistas significativas ao longo da história. No Brasil, por exemplo, destacam-se:

- **DIREITOS TRABALHISTAS:** AS LUTAS OPERÁRIAS CONTRIBUÍRAM PARA A CRIAÇÃO DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO (CLT) EM 1943.
- **REDEMOCRATIZAÇÃO:** OS MOVIMENTOS PELA ANISTIA E PELOS DIREITOS HUMANOS DESEMPENHARAM UM PAPEL ESSENCIAL NA TRANSIÇÃO DA DITADURA PARA A DEMOCRACIA.
- **DIREITOS DAS MULHERES:** O MOVIMENTO FEMINISTA CONQUISTOU AVANÇOS COMO A LEI MARIA DA PENHA E A AMPLIAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA.
- **DIREITOS LGBTQIAPN+:** A MOBILIZAÇÃO DA COMUNIDADE LGBTQIAPN+ RESULTOU EM DECISÕES IMPORTANTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, COMO A CRIMINALIZAÇÃO DA HOMOFOBIA E A GARANTIA DO CASAMENTO ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO.
- **MOVIMENTO NEGRO:** A LUTA ANTIRRACISTA CONTRIBUIU PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS, COMO AS COTAS RACIAIS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS E CONCURSOS PÚBLICOS.

Essas conquistas demonstram que os movimentos sociais são agentes fundamentais na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A seguir detalhamos as principais demandas, estratégias e desafios de três conjuntos de movimentos sociais: feministas, negros e LGBTQIAPN+.



OS FEMINISMOS PODEM SER
DEFINIDOS COMO MOVIMENTOS
SOCIAIS QUE LUTAM POR

**DIREITOS, IGUALDADE
E JUSTIÇA PARA
AS MULHERES,**

CONTESTANDO ESTRUTURAS
DE OPRESSÃO COMO O PATRIARCADO,
O RACISMO E O CAPITALISMO.





3

MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS

Os feminismos podem ser definidos como movimentos sociais que lutam por direitos, igualdade e justiça para as mulheres, contestando estruturas de opressão como o patriarcado, o racismo e o capitalismo.

O poder dos movimentos sociais feministas no Brasil foi demonstrado no movimento *Ele Não*, um marco do movimento feminista no Brasil. Surgido de iniciativas nas mídias digitais com o uso da hashtag #EleNão, o movimento culminou em protestos massivos em diversas cidades do Brasil e no exterior contra a candidatura de Jair Bolsonaro à presidência do Brasil em 2018. A principal crítica das manifestações era o caráter misógino, homofóbico e autoritário de Bolsonaro, simbolizando uma reação organizada ao avanço de uma agenda conservadora que ameaçava os direitos das mulheres e retrocedia conquistas sociais (Perez, Moura e Melo, 2023).

As entrevistas mostraram que o feminismo se apresenta de forma plural, reunindo diferentes abordagens e estratégias de luta, como o feminismo negro, camponês e ecofeminismo. Essa diversidade

reflete as múltiplas experiências e desafios enfrentados pelas mulheres, reconhecendo que fatores como raça, região, classe e orientação sexual influenciam as formas de opressão e, portanto, exigem respostas variadas e específicas.

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), muitas mulheres se mobilizaram para exigir direitos e enfrentar a repressão do Estado. Uma militante relembrou em entrevista realizada para esta pesquisa que "as mulheres estavam sempre à frente, mas raramente eram reconhecidas como líderes. Precisamos mudar essa mentalidade". Esse relato destaca como a participação feminina nos movimentos sociais e nas organizações políticas era e ainda é subestimada.

As entrevistas revelaram também que no campo a luta feminista se diferencia por suas próprias especificidades, ligadas às condições de vida, trabalho e produção agrária. Muitas mulheres enfatizaram que sua luta vai além da igualdade de gênero, envolvendo também questões como a soberania alimentar e o reconhecimento das mulheres como agentes econômicos e sociais. Como afirmou uma militante em entrevista para este texto: "a terra também é nossa, e a autonomia alimentar é um direito que não pode ser ignorado". Esse depoimento ressalta a importância das mulheres na produção de alimentos e na preservação de práticas agrícolas sustentáveis, fundamentais para a segurança alimentar das comunidades. No Brasil, movimentos como a Marcha das Margaridas exemplificam essa luta, reunindo milhares de mulheres rurais em defesa de seus direitos e da agroecologia.

Conforme revelaram as entrevistas a atuação feminista foi essencial para avanços como o direito ao voto, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e leis contra a violência de gênero, como a Lei Maria da Penha. O protagonismo feminino na luta por direitos básicos exigiu intensa mobilização e enfrentamento de barreiras culturais e institucionais.



CONFORME REVELARAM
AS ENTREVISTAS A

Atuação Feminista

FOI ESSENCIAL PARA AVANÇOS
COMO O DIREITO AO VOTO,
A ENTRADA DAS MULHERES
NO MERCADO DE TRABALHO E LEIS
CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO,
COMO A LEI MARIA DA PENHA.

Apesar dos avanços, a desigualdade persiste. Muitas mulheres enfrentam dificuldades no mercado de trabalho e violência de gênero. Relatos frequentes apontam que a resistência estrutural em reconhecer o trabalho feminino de forma equitativa impede uma verdadeira igualdade. "As mulheres são sempre as últimas a serem promovidas e as primeiras a serem demitidas. Essa luta ainda não acabou", relatou uma ativista em entrevista realizada para esta pesquisa. Esse testemunho reflete a realidade de muitas mulheres que, mesmo qualificadas, enfrentam barreiras para ascender profissionalmente, resultando em disparidades salariais e sub-representação em cargos de liderança.

Além disso "Muitas de nós ainda vivem em relações abusivas porque não têm independência financeira. O feminismo luta para mudar essa realidade", destacou uma entrevistada em pesquisa realizada para este material. Esse depoimento evidencia a interseção entre dependência econômica e violência doméstica, apontando para a necessidade de políticas que promovam a autonomia financeira das mulheres como forma de prevenção à violência.



**RACISMO
É
NÃO!**

**RACISMO
NÃO!**

**JUSTIÇA E
IGUALDADE
JÁ!**

**VIDAS E
NEGRAS
JÁ!**

4

MOVIMENTOS NEGROS E ANTIRRACISTAS

O movimento negro no Brasil tem uma história longa de luta contra o racismo e pela valorização da cultura afro-brasileira. Desde os quilombos, formações comunitárias de africanos escravizados, até os movimentos contemporâneos, a resistência negra é uma força fundamental na história do país.

Entre as maiores conquistas do movimento negro estão as políticas de cotas raciais para ingresso em universidades e concursos públicos, fundamentais para corrigir disparidades históricas no acesso à educação e ao mercado de trabalho. Segundo um militante entrevistado para este texto, "Conseguimos avançar na inclusão, mas ainda há muito a ser feito".

Esse reconhecimento se reflete em dados concretos. Em 2012, a Lei de Cotas foi sancionada, determinando a reserva de vagas para estudantes negros em universidades federais. Desde então, houve um crescimento expressivo da presença de estudantes negros no ensino superior. De acordo com o IBGE, em 2019 pela primeira vez, estudantes pretos e pardos são maioria nas universidades públicas,

ENTRE AS MAIORES CONQUISTAS
DO MOVIMENTO NEGRO ESTÃO AS

POLÍTICAS DE COTAS RACIAIS

PARA INGRESSO EM UNIVERSIDADES
E CONCURSOS PÚBLICOS, FUNDAMENTAIS
PARA CORRIGIR DISPARIDADES HISTÓRICAS
NO ACESSO À EDUCAÇÃO E AO MERCADO
DE TRABALHO. SEGUNDO UM MILITANTE
ENTREVISTADO PARA ESTE TEXTO,

**"CONSEGUIMOS AVANÇAR
NA INCLUSÃO, MAS AINDA HÁ
MUITO A SER FEITO".**

correspondendo a 50,3% do total (Valor Online, 2019). Esse avanço, no entanto, não elimina os desafios enfrentados por esses estudantes, como dificuldades financeiras e racismo estrutural dentro das instituições de ensino.

O reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira também foi uma vitória significativa. A inclusão da história da África e da cultura afro-brasileira no currículo escolar, estabelecida pela Lei 10.639/2003, foi uma resposta às reivindicações do movimento negro. "Queremos que nossas crianças cresçam sabendo que têm um lugar na sociedade", afirmou uma ativista entrevistada na pesquisa. Esse processo é fundamental para a valorização da identidade negra.

O racismo estrutural segue afetando a população negra em diferentes áreas, incluindo a segurança pública e o mercado de trabalho. "A polícia nos vê como suspeitos antes mesmo de saber quem somos", relatou um entrevistado. Esse depoimento evidencia o impacto da discriminação racial no Brasil, que se reflete nos índices de violência policial. Segundo o Atlas da Violência (2023), 77% das vítimas de homicídios no Brasil são negras (CNN, 2023). Esses números reforçam a necessidade de políticas de segurança pública que combatam o racismo institucionalizado.

No mercado de trabalho, os desafios também são evidentes. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que, no segundo trimestre de 2024, a taxa de informalidade entre homens negros foi de 44,1%, um percentual 9,5% superior ao de homens não negros. Para mulheres negras, essa taxa foi de 41%, com uma diferença de 9,1% em relação às mulheres não negras (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024). Isso demonstra como as desigualdades raciais persistem e demandam políticas afirmativas para garantir condições equitativas no mercado de trabalho.

As principais metas do movimento negro incluem a ampliação de políticas de inclusão, o fortalecimento do ensino da história afro-brasileira e o combate à violência racial. "O Estado precisa entender que está na hora da reparação histórica acontecer", afirmou uma militante entrevistada. Esse posicionamento reflete a demanda por medidas concretas para enfrentar as desigualdades raciais e reparar históricas injustiças sociais. A implementação de programas de educação antirracista são algumas das estratégias defendidas pelo movimento para garantir uma sociedade mais justa e igualitária.





5

MOVIMENTOS SOCIAIS LGBTQIAPN+

O movimento LGBTQIAPN+ no Brasil tem uma história de resistência e luta pelo reconhecimento e respeito das identidades e orientações sexuais diversas. A organização política desses grupos se fortaleceu a partir dos anos 1970, mas a luta já existia antes, através de redes de apoio e resistência contra a discriminação e a violência.

Entre as maiores conquistas do movimento estão o casamento igualitário, o reconhecimento legal da identidade de gênero para pessoas trans e a criminalização da LGBTfobia. Esses avanços são frutos de anos de mobilização e pressão política. Segundo um militante entrevistado, "Muitas vezes, nossas vitórias foram conquistadas às custas de violência e marginalização, mas seguimos resistindo".

O casamento igualitário foi reconhecido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011, garantindo direitos antes negados a uniões homoafetivas. Em 2018, a justiça também reconheceu o direito de pessoas trans alterarem seu nome e gênero em documentos oficiais sem a necessidade de cirurgia.

A criação de centros de acolhimento e programas de proteção para pessoas LGBTQIAPN+ em situação de vulnerabilidade também foi um grande avanço. Algumas organizações desenvolveram aplicativos de proteção contra LGBTfobia, permitindo que vítimas de violência alertem contatos de emergência e localizem serviços de suporte imediato (Entrevista realizada, 2023).

Apesar das conquistas, a violência e a discriminação seguem sendo desafios constantes. "Já fui expulsa de casa por ser quem sou", compartilhou uma entrevistada, ilustrando a vulnerabilidade da população LGBTQIAPN+, especialmente no contexto familiar, onde a rejeição pode levar a situações de desamparo e marginalização.

Dados da ONG Grupo Gay da Bahia (GGB) indicam que o Brasil continua sendo um dos países que mais registra assassinatos de pessoas LGBTQIAPN+ no mundo, evidenciando a necessidade de medidas de proteção mais eficazes (Terra, 2024). Além disso, a exclusão do mercado de trabalho é uma realidade para muitas pessoas trans, com taxas de desemprego significativamente mais altas em relação à média da população.

Os desafios também se refletem dentro dos próprios movimentos sociais. Como relatou um militante entrevistado, "Muitas organizações do movimento ainda são dominadas por homens brancos cisgêneros, e é difícil para pessoas negras e periféricas ocuparem espaços de liderança". Isso demonstra a necessidade de um debate interseccional dentro do próprio movimento LGBTQIAPN+.

As principais metas do movimento LGBTQIAPN+ incluem a ampliação de políticas públicas de proteção, a garantia de acesso igualitário a serviços de saúde e a inclusão de pautas LGBTQIAPN+ em currículos escolares. "Precisamos garantir que ninguém mais sofra violência apenas por existir", afirmou uma entrevistada. Essa frase resume a essência da luta LGBTQIAPN+: o direito de existir sem medo da discriminação ou da violência.

Uma das grandes prioridades atuais do movimento é a produção de dados sobre a violência e a exclusão da população LGBTQIAPN+. Como destacou um dos entrevistados, "Muitas das nossas políticas são criadas sem uma base de dados real, e isso compromete a efetividade das ações". A falta de estatísticas oficiais impede uma análise precisa das desigualdades e dificulta a implementação de medidas eficazes.

Outra prioridade é a ampliação do acesso à adoção por casais homoafetivos. Como relatou um representante de um grupo de apoio à adoção, "Mesmo com o reconhecimento legal, ainda enfrentamos muitas barreiras culturais e institucionais que dificultam o processo de adoção por famílias LGBTQIAPN+". O preconceito estrutural dentro dos órgãos responsáveis pela adoção continua sendo um obstáculo significativo.

AS PRINCIPAIS METAS DO MOVIMENTO LGBTQIAPN+ INCLUEM A AMPLIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE PROTEÇÃO, A GARANTIA DE ACESSO IGUALITÁRIO A SERVIÇOS DE SAÚDE E A INCLUSÃO DE PAUTAS LGBTQIAPN+ EM CURRÍCULOS ESCOLARES. "PRECISAMOS GARANTIR QUE NINGUÉM MAIS SOFRA VIOLÊNCIA APENAS POR EXISTIR", AFIRMOU UMA ENTREVISTADA. ESSA FRASE RESUME A ESSÊNCIA DA LUTA LGBTQIAPN+:

O DIREITO DE EXISTIR SEM MEDO DA DISCRIMINAÇÃO OU DA VIOLÊNCIA.





6

conclusões

As entrevistas revelaram que os movimentos sociais são essenciais na construção de uma sociedade mais justa, pois enfrentam desafios estruturais e propõem soluções concretas para a transformação social. Destaca-se a compreensão de que as opressões sociais e os modos de combatê-las devem passar pela lente da interseccionalidade, ou seja, deve-se considerar que atravessam sobre os grupos clivagens sociais relacionadas por exemplo ao gênero, raça, sexualidade e território, além da classe social.

Detalhadamente, as entrevistas mostram que os movimentos feministas enfatizam a necessidade de compreender a luta das mulheres em suas especificidades. A luta feminista vai além das questões urbanas, englobando a defesa dos territórios e a autonomia econômica. Os depoimentos destacam a importância da abordagem interseccional, considerando as diferentes opressões que atravessam as mulheres, como raça e classe. Outra lição fundamental aprendida com as entrevistas é que esses movimentos desafiam valores patriarcais profundamente enraizados na sociedade e buscam transformações culturais duradouras.

As falas das entrevistadas deixam evidente que, nos centros urbanos, o feminismo se expressa na luta contra a violência doméstica, a disparidade salarial e o assédio. A presença de coletivos feministas nas universidades e espaços de trabalho fortalece redes de apoio e amplia a visibilidade para essas pautas. Os relatos reforçam que a internet tem sido uma ferramenta crucial para mobilizações feministas, permitindo campanhas que denunciam abusos e promovem discussões sobre equidade de gênero. As ativistas entrevistadas também enfatizam a importância de consolidar políticas públicas que garantam direitos e assegurem a implementação efetiva das leis já conquistadas.

As entrevistas ensinam que os movimentos antirracistas reafirmam que a desigualdade racial no Brasil não pode ser dissociada da desigualdade social. Os depoimentos revelam que o racismo estrutural se manifesta no acesso desigual à educação, ao trabalho e à segurança. O enfrentamento ao racismo passa, segundo os relatos, pela formulação e implementação de políticas públicas que garantam oportunidades concretas para a população negra e pela ocupação de espaços de poder e decisão. A pesquisa evidencia a relevância das lutas de resistência nas periferias e a criação de redes de apoio que combatem o genocídio da juventude negra.

Entre os maiores desafios, as entrevistadas apontam a violência estatal contra a população negra. Os entrevistados também relatam que a militância negra enfrenta desafios como a criminalização dos movimentos sociais e o desmonte de políticas afirmativas.

No entanto, as entrevistas também mostram que há conquistas importantes, como o impacto positivo das cotas raciais e a presença crescente de intelectuais e lideranças negras nos debates públicos. Os depoimentos ressaltam que o fortalecimento da identidade racial e a valorização da cultura afro-brasileira são estratégias fundamentais para a resistência e a luta por direitos.

Os relatos sobre os movimentos LGBTQIAPN+ evidenciam a complexidade da luta contra a LGBTfobia no Brasil. Militantes entrevistados relatam que a exclusão social atinge especialmente pessoas trans e travestis, que enfrentam barreiras para acesso ao mercado de trabalho, à saúde e à educação. A busca por políticas públicas que garantam direitos e a necessidade de uma legislação mais efetiva para a proteção dessa população são temas recorrentes nos depoimentos. As entrevistas reforçaram a importância da formação de redes de apoio e do fortalecimento da representatividade política da comunidade LGBTQIAPN+ como estratégias de resistência e transformação social.

Em síntese, as entrevistas mostraram que as principais conquistas dos movimentos sociais contemporâneos estão relacionadas à construção de políticas públicas inclusivas e ao reconhecimento de direitos. No campo feminista, o avanço das discussões sobre equidade de gênero e a implementação de políticas de combate à violência doméstica foram destacados. No movimento antirracista, a ampliação das cotas raciais em universidades e concursos públicos é considerada uma vitória fundamental. No movimento LGBTQIAPN+, a criminalização da LGBTfobia e o reconhecimento legal de direitos foram apontados como marcos importantes. No entanto, as entrevistas também alertaram que conquistas legais não são suficientes sem a efetivação prática desses direitos na sociedade.

Os desafios enfrentados pelos movimentos sociais são diversos e profundos. As entrevistas revelaram que a resistência conservadora, a violência contra ativistas e a dificuldade de financiamento são algumas das barreiras apontadas. Os relatos também evidenciaram que a ascensão de discursos de ódio e o avanço de políticas regressivas dificultam a implementação de políticas progressistas.

Os depoimentos demonstram que as particularidades de cada movimento se manifestam em suas estratégias e formas de

AS ENTREVISTAS REVELARAM QUE OS
MOVIMENTOS SOCIAIS SÃO ESSENCIAIS
NA CONSTRUÇÃO DE UMA

SOCIEDADE MAIS JUSTA,

POIS ENFRENTAM DESAFIOS
ESTRUTURAIS E PROPÕEM

**SOLUÇÕES CONCRETAS
PARA A TRANSFORMAÇÃO
SOCIAL.**

organização. Enquanto o movimento feminista tem uma trajetória de luta histórica e estruturada, os movimentos antirracistas frequentemente enfrentam o desafio de uma sociedade que nega a existência do racismo. O movimento LGBTQIAPN+ lida com a invisibilidade de certas identidades dentro do próprio espectro da diversidade sexual e de gênero. Apesar dessas diferenças, as entrevistas ensinam que há uma convergência de pautas e uma percepção de que a interseccionalidade é essencial para avançar nas lutas por direitos.

As entrevistas também revelaram a importância das redes de solidariedade e do fortalecimento de alianças entre os diferentes movimentos. Os relatos deixam evidente que as lutas por equidade de gênero, raça e sexualidade não são isoladas, mas interligadas em um contexto de opressões múltiplas. A construção de espaços de diálogo e a criação de estratégias conjuntas são fundamentais

para enfrentar os desafios impostos pela estrutura social brasileira.

As entrevistas evidenciaram que o papel do Estado é essencial. Os movimentos destacam que o poder público deve estar sempre comprometido com a promoção de direitos e a garantia de políticas afirmativas. A ausência de dados concretos sobre a população LGBTQIAPN+ e a falta de um orçamento específico para políticas de equidade foram apontadas como grandes obstáculos. Os entrevistados reforçam a necessidade de um Estado que atue na proteção dessas populações, garantindo acesso a direitos básicos e combatendo a violência de forma efetiva.

Com a mudança no cenário político, há um misto de expectativas e receios. Muitos entrevistados acreditam que o atual governo pode abrir mais espaço para o diálogo e a reconstrução de políticas públicas que foram desmanteladas. No entanto, há também uma percepção de que a mobilização social deve continuar forte para garantir que as demandas dos movimentos sejam efetivamente atendidas. Os relatos destacam que o engajamento popular e a fiscalização das ações governamentais são fundamentais para que as conquistas não sejam apenas simbólicas.

As entrevistas também revelaram que no Brasil e no mundo, os movimentos sociais sempre foram essenciais para conquistar direitos e transformar estruturas de poder desiguais. A história mostra que liberdades e garantias que hoje são consideradas básicas foram conquistadas por meio da mobilização coletiva. Desde a luta pelo voto feminino até o reconhecimento dos direitos LGBTQIAPN+, a ação organizada da sociedade tem sido um motor fundamental para o progresso democrático.

Os movimentos sociais feministas, antirracistas e LGBTQIAPN+ desempenham um papel fundamental exatamente nesta na luta por justiça, igualdade e inclusão social. Os movimentos feministas reivindicam o fim da violência de gênero, igualdade salarial, maior

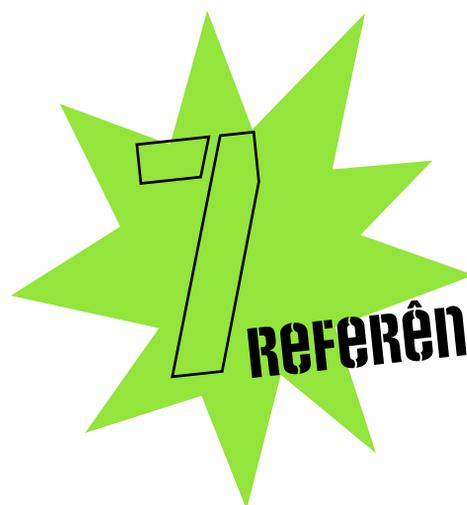
representação política e autonomia das mulheres em todas as esferas da sociedade. Já os movimentos antirracistas lutam contra o racismo estrutural, exigindo políticas de reparação, combate à violência policial e a valorização da cultura e identidade negra. O movimento LGBTQIAPN+, por sua vez, busca o reconhecimento e respeito das identidades de gênero e orientações sexuais diversas, lutando contra a discriminação e por direitos como o casamento igualitário, o acesso à saúde e a proteção contra a violência.

As entrevistas ensinam que os movimentos feministas, antirracistas e LGBTQIAPN+ são fundamentais na luta por uma sociedade mais justa e igualitária. Eles não apenas combatem discriminações específicas, mas também promovem mudanças estruturais que impactam toda a sociedade.

A participação ativa das pessoas nos movimentos sociais é essencial para fortalecer essas lutas e ampliar seu impacto. Envolver-se em coletivos, apoiar organizações de base, divulgar informações e participar de manifestações são formas concretas de contribuir para a construção de um mundo mais justo.

As entrevistas nos ensinaram que a mudança social não acontece de forma espontânea: ela é fruto da organização, resistência e persistência de pessoas comprometidas com a transformação da realidade. Assim, fortalecer e se engajar em movimentos sociais não é apenas um ato de solidariedade, mas uma estratégia efetiva para a construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Como sugestão prática, para concretizar as demandas dos movimentos sociais, os entrevistados ressaltam a necessidade de que o Estado amplie a destinação de recursos para políticas públicas específicas, fortaleça os mecanismos de controle social e fomenta programas de educação e sensibilização para combater preconceitos estruturais.



7 REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo.

CNN BRASIL. *Atlas da violência: homens negros morrem mais cedo que demais idosos no Brasil*. CNN Brasil, 5 dez. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/atlas-da-violencia-homens-negros-morrem-mais-cedo-que-demais-idosos-no-brasil/#:~:text=A%20pesquisa%20mostra%20que%2077,negra%20morrer%20por%20essa%20causa>. Acesso em: 11 fev. 2025.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, n. 1, p. 171–188, 2002.

GONZALEZ, Lélia. *Por um feminismo afro-latino-americano*. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. São Paulo: Zahar, 2020.

KYRILLOS, G. M. Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, n. 1, 2020.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. *Lua Nova*, n. 76, p. 11–48, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452009000100002>. Acesso em: 11 fev. 2025.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Desigualdade racial persiste no mercado de trabalho brasileiro*. 19 nov. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Novembro/desigualdade-racial-persiste-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>. Acesso em: 11 fev. 2025.

PEREZ, O. C.; MOREIRA, S. L. S.; MOURA, J. T. V. Marcha Mundial das Mulheres e as estratégias de enfrentamento ao projeto autoritário no Brasil. *Confluenze*, v. 13, n. 1, p. 150–169, 2021.

PEREZ, O. C.; MOURA, J. T. V. de; MELO, C. B. de B. Protests for women's rights and against the Bolsonaro administration. *Latin American Perspectives*, v. 50, n. 1, 2023.

PEREZ, O. C.; RICOLDI, A. M. A quarta onda feminista no Brasil. *Revista Estudos Feministas*, v. 31, n. 3, e83260, 2023.

TERRA (ALMAPRETA). *Brasil continua a ser o país mais violento do mundo para pessoas LGBTQIAP+*, diz relatório. Terra, 22 jan. 2024. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/brasil-continua-a-ser-o-pais-mais-violento-do-mundo-para-pessoas-lgbtqiap-diz-relatorio,1a6ace5242ba839dd4be0aae981f0f96mr0xcdck.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 11 fev. 2025.

TILLY, Charles. *From mobilization to revolution*. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

VALOR ONLINE. *Pela 1ª vez, pretos e pardos são mais da metade dos universitários da rede pública, diz IBGE*. G1, 13 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/11/13/pela-1a-vez-pretos-e-pardos-sao-mais-da-metade-dos-universitarios-da-rede-publica-diz-ibge.ghtml>. Acesso em: 11 fev. 2025.



Este e-book foi composto com as famílias tipográficas:
Dupinzel, desenvolvida por Rodrigo Saiani;
Social Gothic, desenvolvida por Patrick Griffin.



ISBN 978-65-5904-369-9

